

Simonsen: epidemia dos juros não é do Brasil

19 SET 1981

Segundo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, "é certo que 1981 está sendo um período em que o termo desaquecimento parece mero eufemismo, e é provável que as taxas médias de expansão econômica dos próximos anos reflitam dois condicionamentos: o do combate à inflação e o do ajuste do balanço de pagamentos".

Falando no Congresso Abrasca, Simonsen lembrou que períodos de ajustes, no entanto, não implicam necessariamente mudança das tendências de crescimento. "O Brasil cresceu muito pouco entre 1964 e 1967, exatamente porque estava combatendo a inflação recompondo as contas externas e planejando as bases institucionais para um crescimento futuro acelerado, e a colheita foi o período 1968/1973, quando o produto real pôde expandir-se mais de 100% ao ano".

Após afirmar que "há ainda muitas nuvens carregadas no horizonte", Simonsen ressaltou que a epidemia dos juros altos não é de origem nacional: "Ela vem dos Estados Unidos, onde se tenta combater a inflação por um desencontro monetário-fiscal e o orçamento federal mostra-se fortemente deficitário; mas a Reserva Federal mantém sob forte controle a expansão monetária, para tanto colocando enorme volume de títulos públicos no mercado".

Acrescentou que essa epidemia alastrou-se por todo o mundo, e até a Arábia Saudita, "que certamente não tem por que se inquietar com o balanço de pagamentos, foi induzida a manter taxas de juros, nos empréstimos internos, 10 pontos de percentagem acima de sua taxa de inflação". Mesmo assim, acredita que existem meios pelos quais as autoridades brasileiras poderão suavizar o impacto dos juros externos sobre a empresa privada nacional.

PROPOSTAS

Para o ex-ministro da Fazenda, na resolução dos problemas provocados pelas elevadas taxas de juros externos tem de se deixar de fora "a proposta exdrúxula de uma taxa de câmbio dupla". E apresenta as seguintes sugestões: 1) aumentar a canalização de dólares para as empresas estatais, deixando mais cruzeiros para as empresas privadas nacionais; 2) aumentar o limite de empréstimos em cruzeiros das instituições financeiras em montante igual ao dos empréstimos em moeda

estrangeira de que forem congelados no Banco Central; 3) criar um crédito fiscal temporário, compensável contra o Imposto de Renda da pessoa jurídica, correspondente a certa percentagem dos juros pagos no Exterior.

Na opinião de Simonsen, outras idéias semelhantes podem ser desenvolvidas, mas fez a seguinte advertência: "Todas elas encerram os seus inconvenientes: direta ou indiretamente, das duas uma: ou implicam algum subsídio ao setor privado, via maiores encargos ou menor arrecadação do setor público, ou transformam o Banco Central em devedor dos financiadores estrangeiros, operação que os banqueiros preferem deixar a cargo do FMI".

Abordando o tema "Poupança e Capitalização da Empresa Nacional", Simonsen disse aos participantes do Congresso das Companhias Abertas que é hora também de aumentar, e certamente nunca reduzir, os incentivos à capitalização da empresa privada nacional, o leit-motiv predileto do professor Octávio Bulhões, e de aumentar as aplicações do PIS-Pasep no mercado acionário".

Mesmo assim, reconheceu que os juros altos e as relações preço/lucro baixas no mercado de ações "estão longe de compor o quadro ideal para os lançamentos primários; mas, em épocas como a atual, as debêntures e particularmente as debêntures conversíveis podem servir de ponte entre a incerteza do presente e as promessas do futuro".

POUPANÇA

Segundo o ex-ministro da Fazenda, nenhum país se desenvolve sem uma sólida base de poupança, e o Brasil não constitui exceção. Entre 1965 e 1979, a formação bruta de capital fixo representou, em média, 23,3% do Produto Nacional Bruto. Nos anos seguintes à crise do petróleo, essa taxa de investimento aumentou, tendo-se mantido, em média, em 25,2% do PNB, entre 1974 e 1979.

Após lembrar que a poupança externa, após a crise do petróleo, "veio complementar a poupança interna e não a substituir", Simonsen afirmou que as poupanças privadas e os lucros reinvestidos das empresas estatais, "representam, de longe, a maior fonte de financiamento da formação de capital fixo, tendo correspondido a 68% da poupança bruta total entre 1974 e 1979".